

**Interseccionalidade, Consustancialidade e a metáfora do “nó”:
A importância das lentes analíticas para a compreensão da imbricação
de gênero, raça e classe.**

Amanda Menconi Hornhardt¹

Resumo

A partir de 2017 foi possível notar uma maior articulação do movimento feminista internacional, um maior intercâmbio de estratégias de ação coletiva entre o sindicalismo e movimento feminista e a defesa, nos eventos de protestos, de pautas feministas que dialogam com pautas políticas e econômicas mais gerais e que aliam também o local e o global.

Essas lutas estão ancoradas em uma maior articulação teórica dos debates de gênero, raça e classe. Nesse sentido, o presente trabalho promove um resgate de alguns elementos importantes de conceitos úteis para repensar a relação entre lutas sociais, gênero e marxismo: a Interseccionalidade e a Consustancialidade; além da metáfora do “nós das relações sociais” de Helleieth Saffioti.

Palavras-chave: gênero, marxismo e feminismo

Resumen

A partir de 2017 fue posible notar una mayor articulación del movimiento feminista internacional, un mayor intercambio de estrategias de acción colectiva entre el sindicalismo y movimiento feminista y la defensa, en los eventos de protestas, de pautas feministas que dialogan con pautas políticas y económicas más generales y que alían también lo local y lo global.

Estas luchas están ancladas en una mayor articulación teórica de los debates de género, raza y clase. En este sentido, el presente trabajo promueve un rescate de algunos elementos importantes de conceptos útiles para repensar la relación entre luchas sociales, género y marxismo: la Interseccionalidad y la Consustancialidad; además de la metáfora del "nosotros de las relaciones sociales" de Helleieth Saffioti.

Palabras clave: gênero, marxismo y feminismo

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas.

Introdução

Apesar de o debate sobre a relação entre gênero, raça e classe ter se fortalecido na atualidade, como forma de responder às mudanças observadas nos protestos recentes, há um longo percurso de mulheres intelectuais que nas últimas décadas buscaram dialogar com o marxismo para repensar categorias como classe e gênero.

No início, conceitos como de interseccionalidade e consubstancialidade, que surgiram no interior do debate feminista, buscaram travar a disputa contra os modelos teóricos universalistas, que foram criados em um ambiente científico hegemonicamente branco e masculino.

Esses dois conceitos tem em comum a busca pela compreensão da dinâmica da interdependência das relações sociais, partilhando a defesa da não hierarquização das relações de gênero e classe. Partem do reconhecimento da pluralidade das relações de poder e da necessidade de lutar contra essas múltiplas formas conjugadas de opressão, apresentando saídas para a emancipação. Buscaremos agora evidenciar algumas contribuições de cada um desses conceitos: interseccionalidade e consubstancialidade.

1) O conceito de interseccionalidade

Assim como o conceito de gênero, a ideia da *interseccionalidade* surgiu primeiro no movimento social do fim dos anos 1970, com destaque para o feminismo negro (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990), a partir da crítica a um feminismo vigente, que era majoritariamente branco, heterossexual e de classe média, incapaz de incluir as questões das mulheres negras. A partir dos debates no interior do movimento social, o conceito ganha projeção na academia, carregando consigo a tensão entre teoria social e movimento social. A ideia da imbricação de categorias apareceu, por exemplo, no texto *Sister Outsider*, escrito por Audre Lorde em 1984.

Neste debate, o conceito de interseccionalidade apareceu pela primeira vez em um texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw² (1989), com o objetivo de

² Crenshaw (1989) compreende a existência da *interseccionalidade estrutural*, - posição das mulheres negras na intersecção de raça e gênero e a experiência de violência que dela deriva; e a *interseccionalidade política*, - que abrange as formas como estas mulheres respondem às violências e à marginalização a que estão submetidas, traduzidas nas políticas feministas e antirracistas

denominar a interdependência das relações de poder de gênero, raça e classe. Muitas destas teóricas estavam com “um pé em cada canoa”: de um lado, navegavam pela produção de conhecimento dentro da academia, questionando o caráter hegemonicamente branco e ocidental da produção de conhecimento, buscando fazer com que as vozes dissonantes e silenciadas das mulheres negras fossem ouvidas. De outro, estavam imersas no mar revolto das lutas sociais de sua época.

Para Patricia Hill Collins (2014), a *interseccionalidade* é, ao mesmo tempo, um conceito analítico de “projeto de conhecimento” e um instrumento de luta política, no combate às opressões múltiplas e imbricadas, com vistas à emancipação. Enquanto pesquisadoras e militantes, estas mulheres partiram de suas experiências para refletir como as desigualdades vivenciadas por elas se reproduzem coletivamente dentro de uma dada estrutura social. Isto reforça a importância da etnografia e da pesquisa qualitativa para a produção de conhecimento nessa área.

A relação entre agência e estrutura nos permite compreender como certas desigualdades se reproduzem de forma duradoura em determinada estrutura social e como os sujeitos agem com vistas e promover um enfrentamento a esses padrões formados e as opressões institucionais que dele derivam. Neste sentido, o conceito de *interseccionalidade* nos permite refletir sobre como e porque algumas diferenças se transformam em desigualdades, criando e recriando hierarquias em determinado contexto e formação histórica.

O gênero está difundido nas demais áreas do viver estabelecendo hierarquias, sendo uma categoria decisiva da organização da igualdade/desigualdade. (Scott, 1995). Trata-se, portanto, de um conceito desenvolvido “para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta”. (Haraway, 2004). Nas relações sociais se articulam micro e macro regimes de poder. Instituídos enquanto formação estruturada, variam ao longo da história e operam em todos os lugares de uma formação social, marcando as experiências, subjetividades e identidades dos sujeitos. Este processo está na raiz da deslegitimação de determinadas identidades, como as mulheres, negros e LGBTs.

Nessa perspectiva, a jurista Kimberly Crenshaw (2010) analisou os trabalhadores contratados pela General Motors e percebeu que homens negros eram contratados para o “chão de fábrica” enquanto mulheres brancas eram contratadas para o secretariado. A partir dessa constatação é montada uma acusação de discriminação racial e de gênero que não foi considerada pela justiça estadunidense, uma vez que a GM alegou que contratava

mulheres e negros. A questão é que não haviam mulheres negras contratadas, apenas homens negros e mulheres brancas.

O conceito de *interseccionalidade* visa abarcar as múltiplas identidades dos sujeitos, porém, sem propor uma nova teoria globalizante da identidade. (Crenshaw; 1994). Por ser um conceito em disputa, as autoras que o utilizam articulam diferentes categorias nessa intersecção. A maioria delas enfatiza questões de raça e gênero, inserindo também questões referentes a casta, religiosidade, regionalidade, etnia, nação, classe e capacitismo. Há aquelas que lançam maior ênfase à agência dos sujeitos e outras que enfatizam mais a estrutura social das múltiplas formas de opressão. Em ambas as ênfases, o fundamental está na importância de um olhar para a intersecção entre gênero, raça e classe, que enfatize os entrecruzam.

Apesar de algumas autoras debaterem também com o conceito de classe, este não tem tanta ênfase nos escritos de algumas autoras quanto nos escritos das feministas materialistas francesas que desenvolveram o conceito de *consustancialidade*.

2) Consustancialidade

No final da década de 1970, Danièle Kergoat (1978) começou a trabalhar com a categoria *consustancialidade* para se referir a articulação entre sexo e classe social. Muitas outras, conhecidas como feministas materialistas, seguiram o mesmo caminho, escolhendo o marxismo como principal interlocutor teórico, produzindo uma teoria que é, ao mesmo tempo, feminista e materialista.

As autoras partem da crítica ao que chamavam de “cegueira de gênero” dos teóricos marxistas de seu tempo. A maior parte dos estudos versam sobre a imbricação entre gênero e trabalho, entendendo que a divisão sexual do trabalho é a base material na qual as desigualdades entre mulheres e homens se edificam. Assim, busca-se compreender como as múltiplas desigualdades se reproduzem tanto nas relações sociais de classe, quanto nas relações sociais de sexo.

Julles Falquet e Danièle Kergoat partem da crítica o essencialismo existente nas produções teóricas precedentes para afirmar que o sexo não é natural, mas sim atravessado por relações sociais, tanto no nível macro da materialidade das relações

historicamente constituídas (*rapport*), quanto no nível micro, das interação cotidiana dos agentes (*relation*). A partir disto, promovem uma revisão da teoria marxista do trabalho, evidenciando na análise não apenas o trabalho produtivo, mas também o trabalho reprodutivo de produção do viver. Este último, sendo fundamental para compreender o processo de valorização e hierarquização que é base da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista.

Se, inicialmente, as autoras focalizaram as relações sociais de sexo e as relações sociais de classe, há um esforço recente de incorporar as questões de raça e etnia em seus trabalhos. Segundo Delphy (2012) isso se justifica devido ao interesse político de articular elementos indissociáveis para uma luta unitária. Para Danièle Kergoat (2012, p. 20), o conceito de *consbusctancialidade* possibilita pensar as dominações de forma conjunta, contribuindo para o fim da reprodução das mesmas.

O conceito de *consustancialidade* compreende que o campo social é atravessado por tensões entre grupos de interesses diferentes, envolvendo relações de poder, dominação, opressão e exploração. As relações sociais fundamentais são as de sexo, classe e raça, analisadas em toda sua complexidade e dinâmica. Estas relações são consustanciais, ou seja, estão enoveladas de forma a não poderem ser separadas; e são coextensivas, uma vez que se reproduzem mutuamente num entrecruzamento dinâmico de sexo, raça e classe, cada uma imprimindo sua marca nas outras e se constituindo de maneira recíproca.

Danièle Kergoat critica a categoria *interseccionalidade* em um artigo publicado em 2009 na França e em 2010 no Brasil. Para a autora, este conceito apresenta uma concepção “geométrica” e “cartográfica” que pode sugerir posições fixas e não relações dinâmicas em contínua evolução e renegociação (Kergoat, 2010, p. 98).

A *interseccionalidade*, além de gênero, classe e raça, compreende diversos outros pontos de entrada (casta, religiosidade, regionalidade, etnia, nação e capacitismo), como se estivessem todos em um mesmo plano, o que pode fragmentar e mascarar as relações sociais. Isso ocorre pois, diferente das francesas, as feministas anglófonas não trabalham com relações sociais macro (*rapport*), mas com “categorias”. Há que se historicizar estas categorias para compreender as dimensões materiais de dominação. (Kergoat, 2012).

3) Saffioti e o nó das relações sociais

Saffioti defende a importância de analisar estas contradições existentes na sociedade capitalista como enoveladas ou enlaçadas em um nó. (Saffioti, 2004). A autora, desde a década de 1980, busca estabelecer a imbricação de gênero raça e classe em seus estudos em diálogo com as feministas materialistas francesas. Assim, a metáfora do “nó” é uma metáfora para a compreensão da consubstancialidade, a partir da realidade brasileira.

Já em 1987, em “O poder do macho”, menciona o termo “simbiose” para se referir a relação entre diferentes formas de opressão e exploração. Nesta obra, a autora afirma que na ordem patriarcal de gênero, o homem branco encontra vantagens, que são potencializadas caso ele seja rico e heterossexual, “*o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual*” (Saffioti, 1987). Em outra obra, “Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento” (2000) a autora afirma que:

“A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais”. (Saffioti, 2000).

Orientada de Florestan Fernandes, Saffioti se coloca em franco diálogo com a teoria marxista. Sobre a crítica das feministas que estabeleceram o conceito de gênero, de que o marxismo é “sex-blind” (Hartmann 1989), Saffioti alerta que, ao priorizarem a denúncia contra o marxismo, muitas autoras deixaram de fazer a crítica a outros constructos mentais formulados a partir da óptica patricial, como o neopositivismo ou os escritos de Freud. Para Saffioti, “*fora do feminismo não existem conceitos sensíveis à questão de gênero*” (Saffioti, 2000). Por isso, a crítica feminista é necessária, não para “jogar fora” as contribuições das teorias precedentes, mas sim, no encontro com estas, atualizá-las.

Nos escritos de Marx e Engels, os autores já reconheciam a existência da desigualdade entre mulheres e homens. As diferenças existentes no interior das famílias (heterossexuais), características da divisão pré-social do trabalho, se desenvolveram como desigualdades. Este fenômeno é tratado pelos autores como um resultado da divisão de classe, sendo a relação econômica de propriedade a base da opressão das mulheres no casamento.

A análise partia da prioridade analítica da compreensão da família como uma formação mediadora entre as classes e o Estado. Assim, o sexo é a matéria prima sob a qual ocorre a transição da família, de formas sociais e de formas de trabalho ao longo da história. Por ser a divisão de trabalho por gênero a primeira divisão de trabalho, com a emergência da sociedade de classes, é necessário compreender as mudanças na divisão de trabalho por gênero. Esta análise demonstrou que, além do trabalho assalariado, é necessário trazer para o centro da análise materialista histórica o debate sobre o trabalho reprodutivo ou de produção da vida, como o trabalho de cozinhar, lavar, cuidar e o trabalho sexual, categorias de trabalho não historicizadas por Marx.

Partindo do reconhecimento de que os escritos marxistas oferecem instrumentos importantes para as teorizações posteriores sobre gênero, autoras feministas recentes iniciaram a crítica à teoria marxista vigente, buscando reformular o conceito de gênero em diálogo com o marxismo. Em sua obra “Gênero Patriarcado e Violência”, de 2004, Saffioti delinea com maior precisão a *nó* das relações sociais. Partindo da compreensão de que o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem *eixos estruturantes* da sociedade (2004); a autora afirma que:

“Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história (Saffioti, 1997b). Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições. Como tal, merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas. Além disto, esta concepção é extremamente importante para se entender o sujeito múltiplo (Lauretis, 1987) e a motilidade entre suas facetas. Efetivamente, o sujeito, constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição”. (Saffioti, Gênero, Patriarcado e Violência, 2004, grifos meus).

Para Saffioti, gênero, raça e classe são três relações que estruturam o capitalismo contemporâneo. Estas três *subestruturas* (Saffioti, 2004) atuam de forma imbricada e condensada em um nó que potencializa as contradições sociais existentes. “De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos” (Saffioti, 2004) que conforma novo patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1987).

Estas relações estruturantes penetraram em todas as esferas da vida social, de forma que, os sujeitos, que são, ao mesmo tempo, constituídos de gênero, raça e classe, se relacionam com as condições sociais do período em que vivem. Em cada contexto, apertado mais de um lado que de outro, este “nó” ao mesmo tempo que se movimenta e se transforma, reproduz e estrutura as relações sociais. Neste sentido, sobre a relação entre classe, gênero e raça, a autora afirma:

“(...) as classes sociais têm uma história muito mais curta que o gênero. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó (Saffioti, 1985, 1996) formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. (Saffioti, Gênero, Patriarcado e Violência, 2004).

Gênero, classe e raça possuem dinâmicas distintas que, ao se relacionarem ao longo da história, transformam-se mutuamente, produzindo uma “dinâmica especial própria do nó”. A dificuldade de analisar estas relações reside no fato de que o “nó” é resultado de uma “uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado” (Saffioti, 2004).

Assim, ao se imbricarem, alteram qualitativamente suas características anteriores, de forma que uma análise que isole cada contradição social não é capaz de compreender a complexidade do que é criado a partir da interação. Por exemplo: A divisão sexual do trabalho não corresponde hoje ao mesmo que no passado. Não se trata de uma forma de organização de tarefas no seio das pequenas comunidades humanas. Com o desenvolvimento capitalista mundial, todas as relações sociais foram mercantilizadas, incluindo as de gênero, sendo parte integrante desde sistema social hegemônico. “*Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro*”. (Saffioti, 2004),

A metáfora do “nó” proposta por Saffioti busca produzir uma imagem explicativa do conceito de *consubstancialidade* defendido pelas feministas materialistas francesas, o que fica evidente no diálogo que a brasileira trava com Daniele Kergoat:

Como afirma Kergoat (1978), o conceito de superexploração não dá conta da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações

quantitativas, mas também qualitativas. Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (Saffioti, Gênero, Patriarcado e Violência, 2004).

Saffioti não entende a realidade social como algo fixo e imutável. Este nó permite que outros fios atravessem as relações fundamentais de gênero, raça e classe, como, por exemplo as desigualdades de geração, região e nacionalidade, uma vez que *“não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes”* (Saffioti, 1998).

Assim, apesar de reconhecer que outras contradições podem atravessar o nó, Saffioti alerta para o perigo de algumas teóricas incorrerem na fragmentação de gênero, raça e classe, sem buscar reconectá-los de forma a recompor a totalidade. A autora não nega a totalidade, pelo contrário, defende a necessidade de se trabalhar com as três categorias (gênero, raça e classe) para alcançar uma análise mais complexa do tecido social, porém sem compreender estes subsistemas, como *“sistemas autônomos”*, mas sim como parte integrativa do todo social. Assim patriarcado e capitalismo não são sistemas separados, mas profundamente integrados como parte de um mesmo processo. Esta necessidade explica a criação do conceito de nó:

A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas. (...) O perigo deste tipo de análise reside em resvalar-se pelo dualismo. Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão *dominação-exploração* ou *exploração-dominação*. Alternam-se os termos, para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado–racismo–capitalismo. (Saffioti, 2004).

Assim as conceitualizações que integram, numa unidade indissociável, gênero, raça e classe devem também apresentar uma concepção unitária e não fragmentária. Para

Young, “as relações patriarcais estão internamente relacionadas às relações de produção como um todo” de forma que “poderia revelar a dinâmica de um único sistema de opressão”. (Young, 1981).

Conclusão

Interseccionalidade, consubstancialidade são conceitos que, no interior da perspectiva feminista, buscam pensar conjuntamente as formas de dominação, para combater as opressões múltiplas delas decorrentes, apresentando saídas para a emancipação. A partir de um brevíssimo esforço de revisão e sistematização bibliográfica, este trabalho tem a intenção de apresentar os principais pontos de debate em torno desses dois conceitos, bem como em relação à metáfora do “nó”, de forma a contribuir à análise da relação entre gênero, raça e classe nos dias atuais.

Bibliografia

Collins, Patricia Hill. (1990), "Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento". Trad. Natália Luchini. Seminário "Teoria Feminista", Cebrap, 2013. [Em inglês, *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York/Londres, Routledge, 1990.

_____. (2014), "Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?". Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar.

Combahee River Collective. (2008), "The Combahee River Collective statement" [1978]. In: Smith, B. (org.). *Home girls: a black feminist anthology*. New Jersey, Rutgers University Press, pp. 264-274. [Em francês, "Déclaration du Combahee River Collective", *Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000*, pp. 59-73.

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.

_____. (1994), "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118. [Também em *Stanford Law Review*, 43 (6): 1241-1299, jul. 1991; em francês, "Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur". *Cahiers du Genre*, n. 39, 2005, pp. 51-82.

_____. (2002), "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188.

_____. (2010), "Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un)equal protection". In: Tsujimura, M. (org.). *International perspectives on gender equality & social diversity*. Sendai, Tohoku University Press.

Davis, Angela. (1981), *Women, race and class*. Nova York, Vintage Books.

Delphy, Christine. (2012), "Antisexisme ou antiracisme? Un faux dilemme". Disponível em <http://lmsi.net/Antisexisme-ou-antiracisme-Un-faux> dilemme

Falquet, Jules. (2009), "La règle du jeu: repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe et de 'race' dans la mondialisation néolibérale". In: Dorlin, E. (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris, puf, pp. 71-90.

Gonzalez, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

Gonzalez, Lélia. O movimento negro na última década. In: Lugar de negro, Ganzalez L. e Hasenbalg C. Editora Marco Zero Limitada, Rio de Janeiro: 1982.

Haraway, Donna. (1988), "Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective". *Feminist Studies*, 14 (3): 575-599.

Harding, Sandra. (1991), *Whose science, whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, ny, Cornell University Press.

Hartmann, Heidi. "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union". *Capital and Class*, n. 8, 1967, p. 1-33

Hirata, Helena & Kergoat, Danièle. (1993), "La classe ouvrière a deux sexes". *Politis - La Revue*, 4: 55-58. [Em português, "A classe trabalhadora tem dois sexos", *Estudos Feministas*, 2 (3): 93-100, 1994.

Hirata, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1 junho 2014

Jaunait, Alexandre & Chauvin, Sébastien. (2012), "Représenter l'intersection: les théories de l'intersectionnalité à l'épreuve des sciences sociales". *Revue Française de Science Politique*, 1 (62): 5-20.

Kergoat, Danièle. (1978), "Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale". *Critiques de l'Économie Politique*, 5: 65-97, nova série.

_____. (1984), "Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux: de l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation". In: Barrère-Maurisson, M. A. et al. *Le sexe du travail: structures familiales et système productif*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble. [[Links](#)]

_____. (2010), "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". *Novos Estudos Cebrap*, 86: 93-103. [Em francês, "Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux". In: Dorlin, E. (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris, puf, Actuel Marx Confrontations, 2009, pp. 111-125. [[Links](#)]]

_____. (2012), *Se battre, disent-elles...* Paris, La Dispute (col. Le Genre du Monde).

Lowy, Ilana. (2002), "Universalité de la science et connaissances situées". In: Gardey, D. & Lowy, I. (orgs.). *Les sciences et la fabrication du masculin et du féminin*. Paris, Ed. des Archives Contemporaines. [[Links](#)]

_____. (2009), "Ciências e gênero". In: Hirata, H. et al., *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, Editora da Unesp, pp. 40-44. [Em francês, "Sciences et genre". *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, puf, 2000, pp. 187-191.

Lorde, Audre. *Zami, a New Spelling of My Name*. Trumansberg, NY, Crossing, 1982, p.226

Saffioti, Heleieth. Iara. Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: fundação Perseu abramo, 2015 (1ª edição 2004).

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

Scott, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 71-99, 1995.

Souza-Lobo, Elisabeth. (2011), *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 1ª edição 1991. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo

YOUNG, Iris. (1981) *Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of the Dual Systems Theory*. In SARGENT, Lydia (org). *Women and Revolution – A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Boston: South End Press.